



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00002345/2023-59

Assunto: Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

EMENTA: Pedido de acesso aos dados relativos ao mapeamento de bailes funks no Estado de São Paulo. Inovação recursal. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00367/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão prestou esclarecimentos acerca do pedido e explicou que a solicitação da requerente "*demanda movimentar todas as Unidades de Policiamento, ocasionando trabalho adicional de análise*". Insatisfeita, a cidadã interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, diminuindo o escopo do pedido inicial, nos seguintes termos:
3. Uma vez que "buscar nos planejamentos operacionais de cada Unidade do ESTADO, separadamente, oportunidades em [que] houve ocorrências de eventos dessa natureza [bailes funk e outros relacionados]", exigiria trabalho adicional, solicitamos apenas o envio do monitoramento de eventos dessa natureza na área do MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, dividido por batalhão. Subsidiariamente, caso entenda-se novamente que não será possível fazer o envio de tais informações, solicitamos que seja demonstrado claramente quais são as tarefas necessárias para cumprir a solicitação, a quantidade de pessoas que precisam ser empregadas na realização do trabalho e a maneira como esse trabalho prejudica as atividades rotineiras do órgão. Assim como a forma alternativa pela qual podemos obter tais informações (art. 7º, inciso I da Lei 12.527). Isso porque uma resposta genérica de que o pedido exige "trabalho adicional de análise" – considerando ainda que não foi nem solicitada algum tipo de análise, mas apenas o envio de informações brutas – não pode ser aceita para negar um direito constitucionalmente garantido. Por fim, com relação à tabela, solicitamos que seja enviada uma nova tabela apenas com as ocorrências de Pancadão/Funk/Esquenta (C99) (excluídas, portanto, aquelas relacionadas a ocorrências de perturbação de sossego público (C01)), constando (i) os números totais; e (ii) divididos por batalhão.
4. Instado a se manifestar sobre a possibilidade de atendimento do novo pedido o órgão entendeu que o pedido realizado em segundo grau se trata de uma inovação recursal e orientou a requerente a formular um novo pedido.
5. Nesse sentido, cumpre observar, que os recursos são destinados à discussão dos motivos da negativa de acesso original e que a aceitação da inovação do pedido no decorrer das instâncias recursais é facultada ao órgão ou entidade, a fim de evitar a não obediência da cadeia de instâncias

legais e a redução do prazo para as respostas, o que impediria a apreciação adequada do pedido. Oportuno ainda destacar que este tema foi objeto da Súmula nº 02/2015 da Comissão Mista de Reavaliação de Informações CMRI, que assim dispõe:

6. *“INOVAÇÃO EM FASE RECURSAL– É facultado ao órgão ou entidade demandado conhecer parcela do recurso que contenha matéria estranha: i) ao objeto do pedido inicial ou; ii) ao objeto do recurso que tiver sido conhecido por instância anterior - devendo o órgão ou entidade, sempre que não conheça a matéria estranha, indicar ao interessado a necessidade de formulação de novo pedido para apreciação da matéria pelas instâncias administrativas iniciais.”*
7. Desta forma, por tratar de uma faculdade do órgão dar tratamento à inovação em fase recursal, tendo o recorrido indicado a necessidade de formulação de novo pedido, não é possível conhecer o presente recurso, considerando que, ainda que consista em redução de escopo, a nova demanda apresentada pelo requerente em segunda instância levaria à necessidade de nova análise pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e eventual demonstração de trabalho adicional sob novo conjunto de unidades de policiamento, uma vez que as respostas apresentadas pelo órgão no pedido inicial e na primeira instância levaram em consideração a totalidade das unidades, que contemplam, dentre outras, mais de uma centena de Batalhões, conforme estrutura estabelecida no Decreto nº 65.096/2020, e alterações.
8. Assim, considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 10 de novembro de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 10/11/2023, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site